



O dicionário como observatório da subjetividade no final do século XIX: na província, no campo, na cidade

The dictionary as an observatory of subjectivity at the end of the 19th century: in the province, in the countryside, in the city

José Horta Nunes*
Labeurb/Unicamp

Resumo: Neste artigo aborda-se o dicionário como um observatório da subjetividade. É analisado o *Dicionário de Vocábulo Brasileiro*, de Beaurepaire Rohan, publicado em 1889, prestes à implantação da República no Brasil. São discutidas questões teóricas e metodológicas sobre discurso lexicográfico, montagem de corpus e funcionamento linguístico-discursivo de definições lexicográficas. Montaram-se quatro séries de nomes de sujeitos: a) provincianos, exploradores, líderes; b) ocupações, profissões, proprietariado; c) raças e mestiçagem; d) sujeitos que falham. Consideraram-se relações com espacialidades territoriais (província, campo, espaço urbano e outros). Mostra-se que os sentidos atribuídos aos sujeitos funcionam na contradição entre discursos de organização do território e outros que destes são distanciados.

Palavras-chave: Dicionário, Subjetividade, Discurso.

Abstract: This article approaches the dictionary as an observatory of subjectivity. *O Dicionário de Vocábulo Brasileiro*, by Beaurepaire Rohan, published in 1889, near the establishment of the Republic in Brazil, is analyzed. Theoretical and methodological issues about

lexicographical discourse, corpus assembly and linguistic-discursive functioning of lexicographical definitions are discussed. Four series of subject names were assembled: a) provincials, explorers, leaders; b) occupations, professions, owners; c) races and miscegenation; d) subjects who fail. Relationships with territorial spatialities (province, countryside, urban space and others) were considered. It is shown that the meanings attributed to the subjects are affected by a contradiction between organization discourses and others that are distanced from them.

Keywords: *Dictionary, Subjectivity, Discourse.*

Em uma análise do Dicionário de Vocábulo Brasileiros, de autoria do Visconde de Beaurepaire Rohan (ROHAN, 1889), foram observados sentidos ligados a sujeitos do campo em relação com as cidades e as então “províncias” no final do século XIX (NUNES, 2004, p. 237-242), em um período em que o campo predominava nos verbetes, o urbano ganhava contornos diante das transformações com o advento da República. Na ocasião dessa análise, o recorte de montagem do corpus foi o de selecionar 200 verbetes de uma letra (letra P) do dicionário, ou seja, uma sequência alfabética de verbetes extraída dessa letra. Tal seleção contemplava diferentes categorias linguísticas (nomes, verbos, adjetivos, etc.) e campos do real (sujeitos, espaços, plantas, animais, objetos, etc.). Esse percurso de análise propiciou uma visão geral, ainda que reduzida, do dicionário; porém, limitou a variedade de denominações dos sujeitos, restritas a apenas parte dos verbetes de uma letra.

Diante disso, a proposta atual é a de retornar ao *Dicionário de Vocábulo Brasileiros* (de agora em diante DVB) para aprofundar a análise da subjetividade, selecionando desta vez todos os verbetes com nomeações de sujeitos encontrados no dicionário (de “a” a “z”). Chegamos a um total de 267 verbetes e a questão voltou-se para mostrar como esse dicionário significa os sujeitos na ligação com o território nacional. O instrumento linguístico, assim abordado, torna-se um observatório da subjetividade em um determinado território, este considerado igualmente pelo viés da linguagem.

Convém lembrar que os dicionários de brasileirismos nesse período funcionam como complementos aos dicionários de língua portuguesa e por isso somente são consideradas as palavras que não estão registradas nesses dicionários ou que apresentam diferenças de significação. Isso faz com que os sujeitos aí concernidos sejam reduzidos diante dos que estão presentes nos dicionários gerais, e isso tem consequência sobre o modo como a brasilidade é significada. Assim, não encontramos no DVB a palavra “trabalhador”, mas nos deparamos com uma série de palavras que significam ocupações dos sujeitos nos espaços territoriais (atividades, ofícios, relações de trabalho, etc.). A leitura desses verbetes teve a finalidade de apontar regularidades no modo de significar certas posições de sujeito.

Na transição do Império à República, as marcas de tais transformações são muito presentes nos verbetes. Pela análise dos instrumentos linguísticos, e considerando a História das Ideias Linguísticas (AUROUX, 1992; GUIMARÃES & ORLANDI, 2001), procuramos compreender a relação desses artefatos com a sociedade e a história.

Na análise dos sentidos da territorialidade, atentamos também aos processos de urbanização em andamento. Ao propor uma análise discursiva da cidade, considerando a história da urbanização, Orlandi (2004) atenta para o seguinte fato ligado à vida nos espaços urbanos:

O que nos leva à compreensão da construção significativa da cidade enquanto lugar não vazio mas em que sujeitos vivem, em quantidade e em concentração e divergência. A esse respeito, relativamente à história da urbanização do Brasil merece atenção o fato de que na aurora republicana a nossa figura de cidade se caracteriza pelo tumulto e pelo desleixo (P.C.G. Marins, 1998) – comum às populações em movimento instável depois da abolição da escravatura e com os movimentos de migrações e imigrações. (ORLANDI, 2004, p. 14).

Como veremos em nossa análise, o “tumulto” advindo nessas circunstâncias faz sentido no dicionário, marcando as definições dos sujeitos, de modo que se notam desde então relações subjetivas afetadas

pela desigualdade social, histórica, econômica, racial, dentre outros fatores. A análise do processo de urbanização, ao voltar-se para esse corpus de nomeações de sujeitos, traz elementos para se compreender melhor os processos discursivos, fomentando outros percursos na busca incessante de deslindar a complexidade do discurso lexicográfico e os processos de subjetivação

Definição e discurso: modos de significar a subjetividade

A abordagem discursiva do dicionário tem como um de seus direcionamentos o estudo das definições lexicográficas. Como afirmam Collinot e Mazière (1997), o dicionário funciona como um *Prêt-à-Parler*: “surtout pris dans un rapport contemporain aux façons de dire et de penser l’activité langagière”¹. A leitura do dicionário disponibiliza assim ao leitor/falante um modo de dizer e pensar, a ser disseminado aos leitores. Deslocando de uma perspectiva referencialista, a análise discursiva descreve a materialidade linguística da definição lexicográfica, remetendo-a às condições históricas de produção dos discursos. Com tendência a elidir o locutor, a definição funciona como um dispositivo a ser apropriado por qualquer sujeito. Diante disso, a leitura que realizamos procura relacionar os enunciados definidores aos discursos em circulação em determinadas conjunturas.

Em nosso caso, o dicionário de brasileirismos coloca em cena certos modos de dizer a subjetividade do brasileiro, ligando o dicionário ao território, distinto do território da ex-metrópole. Nesse sentido, não se trata de um complemento territorial, mas de um outro Estado, com seu território específico, que se procura projetar nos verbetes. A língua nacional, tal como concebida no discurso lexicográfico, conforma um imaginário espacial, que se desdobra em diversas porções. E é no interior desses espaços significantes que os sujeitos são definidos, com suas qualidades, atividades, costumes, produtos, relações com outros sujeitos e espaços, etc.

O dicionário de Rohan², publicado no momento de implantação da República, é um desses em que as relações entre as palavras e as coisas nacionais são trabalhadas, conferindo sentidos à brasilidade e às fronteiras com outras nacionalidades: da ex-metrópole, dos países vizinhos, das nações que de algum modo se relacionam historicamente com o território brasileiro. Internamente, as definições significam os

sujeitos em espaços específicos (nas províncias, no campo, nas fazendas, nas cidades, nas ruas, nas habitações, nas minas, nos quilombos, nos estabelecimentos comerciais, etc.).

A montagem do corpus agrupou séries de verbetes de nomes de sujeitos, de acordo com as regularidades observadas nas leituras iniciais. Em um primeiro passo, operou-se uma deslinearização dos enunciados definidores, remetendo grupos de enunciados a determinadas posições de sujeito (o provinciano, o trabalhador, o comerciante, as posições raciais, assim como certas formas subjetivas depreciativas). Com isso, busca-se uma compreensão mais ampla dos processos discursivos, das formações discursivas predominantes (administrativa, política, econômica), assim como das que se apresentam como alteridades a serem rejeitadas ou transformadas. Pois se os dicionários de língua tendem a reproduzir os discursos de organização³ do território nacional, eles colocam em cena também os discursos que fogem a essa organização, como uma exterioridade sujeita à incorporação ou à depreciação. Nessa última etapa, observa-se com maior propriedade o dicionário como um instrumento discursivo de reprodução/transformação da sociedade.

Tendo em vista esses procedimentos, chegamos a uma primeira montagem do corpus, distinguindo quatro séries de verbetes. Considerando as regularidades encontradas, reduzimos os 267 verbetes a 133, distribuindo-os do seguinte modo:

SÉRIE 1: Sujeitos territoriais: provincianos, exploradores, líderes (23 verbetes)

alagoano, amazonense, baiano, catarinense, cearense, fluminense, gaúcho, goiano, mato-grossense, mineiro, paraense, paraibano, pernambucano, paranaense, piauiense, sergipano, carioca, piratiningano, gerais, geralista, bandeirante, cacique, cabano.

SÉRIE 2: Ocupações, profissões, proprietariado (46 verbetes);

açougueiro, agregado, andador, armarinheiro, arruador, belchior, boleador, cafezista, camarada, candeeiro, cangaceiro, canoeiro, capanga, capangada, capoeirada, capéba, capinador, capineiro, carpinteiro, cavalariano, chacareiro, charqueador, comboieiro, cordeador, engenheiro, estanciola, ferragista, garimpeiro, hervateiro, invernista, invernada, jagunço, laçador,

madeireiro, mascate, materialista, mineiro, passageiro, peão, peito-largo, posteiro, quitandeiro, quituteiro, senhor-de-engenho, seringueiro. sevadeira.

SÉRIE 3: Raças e mestiçagem (42 verbetes)

brancarana, bugre, cabocla, caboclada, caboclinha, caboclinho, caboclismo, caboclo, caboré, cabouco, cábra, cabroeira, cabroeiro, cabrocha, caburé, cafuz, cafuzo, caiambola, caloji, canhambola, canhambóra, canhembóra, canicarú, canjerê, canarim, carafuzo, cariboca, crioulada, crioulo, índio, mameluco, mazombo, missioneiro, mocambeiro, mocambo, molecada,, mucamba, negreiro, pajé, quilombola, senzala, torena.

SÉRIE 4: Sujeitos que falham (22 verbetes)

alcaquete, bilontra, burlequiador, cabungo, cachaceiro, cafajestada, cafajeste, camafonge, cambondo, candombeiro, camumbembe, caolho, capadócio, capenga, capeta, caplango, caseira, embromador, fandangueiro, fandango, mané, meia-cára,

Note-se que não são divisões estanques, pois as significações eventualmente atravessam as séries, demandando descrições atentas à complexidade do corpus.

Para a análise que exporemos a seguir, selecionamos um grupo mais restrito de verbetes de cada série, contemplando diferentes funcionamentos discursivos observados. As diferenças entre as definições em cada série e no conjunto delas representam especificidades, marcadas pela materialidade linguística na relação com as formas de subjetivação explicitadas pela análise.

Análise da série 1: sujeitos territoriais: provincianos, exploradores, líderes

Esta série reúne nomes de sujeitos relacionados aos espaços das províncias e nomes que significam certos sentidos de dominação sobre espaços territoriais. Os gentílicos das províncias (*amazonense, paraibano*) relacionam os sujeitos a espaços nacionais organizados. Os

verbetes *bandeirante* e *cabano* colocam em cena personagens históricos, acionando espaços de memória de conquistas e de revoltas. O verbete *cacique* confere sentidos de liderança, individualizando líderes indígenas. Vejamos abaixo:

AMAZONIENSE *s. m. e f.* natural da província do Amazonas: Na indústria extrativa consiste principalmente a riqueza dos *Amazonienses*. || *adj.* que pertence àquela província: O comércio *amazonense* está em via de prosperidade. || No sentido o mais geral o voc. *amazoniense* cabe a toda a região banhada pelo Amazonas, compreendendo desta sorte as nossas duas províncias do Pará e Amazonas e parte da república vizinha do Perú.

PARAIBANO. natural da prov. da Paraíba do Norte: Dizia o general Labatut que os *Paraibanos* eram os melhores soldados de infantaria que ele conhecera. || *adj.* que é relativo à Paraíba do Norte. A indústria *paraibana* consiste na cultura da cana de açúcar, e na criação de gados.

BANDEIRANTE *s. m.* Indivíduo que faz parte de uma Bandeira encarregada de explorar os sertões incultos.

CABANO *s. m.* alcunho que se aplicou a todo aquele que se havia envolvido na revolta conhecida pelo nome de *Cabanada*, tanto em Alagoas e Pern. como no Pará

CACIQUE *s. m.* (*Amaz.*) nome que, no Rio Negro e proximidades do Orenoco, dão ao chefe de tribo de índios: o mesmo que *Tuxaua*. (*L. Amas.*).

Os nomes de sujeitos das províncias são definidos inicialmente pela naturalidade, como em amazoniense (“natural da província do Amazonas”) e paraibano (“natural da prov. da Paraíba do Norte”). São gentílicos que assinalam o pertencimento a uma das províncias brasileiras. Funcionam como marcas da brasilidade e da cidadania, ao mesmo tempo em que anunciam uma formação federativa do Estado, com sua diversidade regional, no discurso republicano que ganha força. Essa regularidade definidora está presente em todos os outros gentílicos das províncias (*alagoano, baiano, catarinense, fluminense*, etc.). Além da naturalidade, os sujeitos provincianos são definidos conforme o tipo de “indústria” que têm lugar nas províncias. A palavra “indústria” apresenta o sentido mais amplo de conjunto de atividades produtivas,

especialmente a atividades agrícolas e pecuárias, como em *paraibano* (“A indústria *paraibana* consiste na cultura da cana de açúcar, e na criação de gados”) e extrativistas como em *amazoniense* (“Na indústria extrativa consiste principalmente a riqueza dos *Amazonienses*”). Essas práticas sinalizam sentidos para “sujeitos produtivos” em cada província, posição econômica que coloca em cena a posição de “trabalhador” em suas diversas formas de relação com as condições de produção da época. Configuram também uma memória de dicionário de artes e ofícios, que destinam-se a descrever atividades conforme as ocupações e produtos do trabalho humano, valorizando práticas e utilidades das ações⁴. Ligada ao delineamento territorial, os sujeitos são localizados conforme a região geográfica sobre a qual se dá a organização do Estado e por consequência das práticas econômicas impulsionadas pela “indústria”. Além da produção local, faz parte dessa economia o “comércio”, tal como se apresenta em *amazonense* (“O comércio *amazonense* está em via de prosperidade”), tudo isso fomentando o sentido da “riqueza” da nação. Desse modo, os sujeitos desta série se apresentam, de um lado, individualizados pela naturalidade brasileira, e de outro, distribuídos conforme as identidades produtivas de cada província.

Quanto aos nomes de lideranças territoriais, temos verbetes que significam diferentes relações de poder ligadas a espaços territoriais. No caso de *bandeirante* (“Indivíduo que faz parte de uma Bandeira encarregada de explorar os sertões incultos”), o sujeito aparece como “indivíduo” que se junta a um grupo de exploradores do território (“bandeira”). A sintaxe da definição é marcada pelo uso de um particípio passado (“encarregado”), que relaciona o indivíduo a uma prática de organização do território nacional. O sentido da organização se produz na diferença interna aos espaços provincianos, conforme sejam ou não “cultos”, como se nota na locução “sertões incultos”. Esse verbete funciona também como operador de memória, na medida em que retoma sentidos do bandeirismo e outras explorações territoriais que têm lugar desde os inícios da colonização. Outro verbete que evoca uma memória nacional é *cabano*, enquanto um sujeito que “se havia envolvido” em um movimento de emancipação política (a Cabanada), portanto como um personagem histórico nacional participante das lutas territoriais em certas províncias. Já o verbete *cacique* significa um sujeito relacionado a uma liderança da “tribo” (“chefe de tribo de

índios”). Observe-se que o espaço das tribos se apresenta na proximidade com rios (“no Rio Negro e proximidades do Orenoco”), de modo a marcar uma territorialidade natural.

Análise da série 2: ocupações, profissões, proprietariado

Esta série traz nomes de ocupações diversas no campo ou na cidade, espaços que, diferentemente do caso das províncias, podem se apresentar em qualquer parte do território. Ela se caracteriza por explicitar qualidades dos sujeitos para realizar certas atividades ligadas a ofícios e relações de trabalho, eventualmente com redes de vínculos mais amplos e que envolvem diferentes espacialidades, transições de um a outro espaço, relações entre campo e cidade. Eis os verbetes da série:

Sujeito do campo

LAÇADOR (*s. m. (R. Gr. S.)*) homem dextro no exercício de laçar (Cesimbra).

CAMPEIRO, *s. m.* homem adestrado no trabalho do campo, em relação ao tratamento dos gados. O bom Campeiro é um empregado mui útil nas fazendas de criação; ele tem a seu cargo procurar e arrebanhar as rêses perdidas, reuni-las nos *rodeios*, etc. || O Campeiro do Rio Gr. do S. é o mesmo que o *Vaqueiro* das províncias do norte.

PEÃO, *s. m. (R. Gr. do S.)* homem ajustado para fazer o serviço do campo, nas fazendas de criação ou estâncias, denominação que se estendia aos próprios escravos exclusivamente ocupados nesse mister. || Em outras províncias do Brasil, o *Peão* é o amansador de cavalos. || *Etim.* No sentido em que o empregamos, é o vocábulo *Peão*, segundo Valdez, oriundo da América meridional espanhola. Nós o recebemos dos nossos vizinhos. Nos mais casos, tanto em castelhano como em português, *Peon* e *Peão* se referem a quem anda a pé.

CAMARADA, *s. m. (Paraná, S. Paulo, Minas-Gerais, Goiás, Mat. Gros.)* homem assalariado para servir não só de condutor de animais, como em trabalhos rurais e domésticos. || No R. de Jan. e nas províncias que lhe ficam ao norte tem este vocábulo a

significação portuguesa do companheiro, amigo, colega, e é, como em Portugal, geralmente usado entre os militares.

AGREGADO, *s.m.* lavrador pobre, que, em falta de terras próprias, se estabelece nas fazendas alheias, com permissão dos respectivos proprietários, mediante condições que variam de um lugar para outro || Em algumas províncias do norte, estende-se esta denominação a toda a sorte de empregados livres que um proprietário tem a seu serviço, para os trabalhos da lavoura, da pescaria e ocupações domésticas. Nestes casos equivale ao que nas províncias meridionais chamam *Camarada*.

CAPANGA (2º), *s. m.* Valentão que se põe ao serviço de quem lhe paga, para lhe ser o guarda-costas: acompanha-lo sempre armado, em suas viagens; auxiliá-lo em obter satisfação de quem o ofendeu: e servir-lhe de agentes nas campanhas eleitorais. || Na Bahia lhe chamam também *Jagunço* e *Peito-Largo*, e em outras províncias *Espolêto*.

Comércio

BELCHIOR, *s. m. (r. de Jan.)* comerciante de toda a sorte de objetos velhos. || *Etim.* Este nome provém de um indivíduo chamado Belchior, que primeiro estabeleceu na cidade do R. de Jan. uma casa com destino a essa espécie de comércio.

QUITANDEIRO, *s. m.* pessoa da plebe, cuja indústria consiste em comprar para revender frutas, hortaliças, aves, pescados e outros gêneros alimentícios.

Ofícios urbanos

CARAPINA *s. m.* artífice em carpintaria que se ocupa da construção de casas, carros, etc., para o distinguir daquele que e emprega exclusivamente de construções navais, e ao qual chamam carpinteiro: Na edificação de meu prédio urbano tenho empregado os melhores carapinas, e confiei a construção do meu navio a bons carpinteiros. || [...]

ARRUADOR, *s. m. (R. de Jan.)* empregado municipal que tem a seu cargo fazer com que nas edificações se atenda sempre à melhor direção que deve ter a rua, impedindo que as casas a construir saiam fora do alinhamento.

Extratativismo

SERINGUEIRO, *s. m.* (*Vale do Amaz..*) industrial que se ocupa da extração da goma elástica, quer seja o proprietário, quer o locatário, do seringal.

GARIMPEIRO, *s. m.* (*Minas-Gerais*) nome que se deu outrora a uma espécie de contrabandistas, cuja indústria consistia em catar furtivamente diamantes nos distritos em que era proibida a entrada de pessoas estranhas ao serviço legal da mineração. Para exercerem seu arriscado ofício, os garimpeiros penetravam em magotes nos lugares mais ricos em diamantes e os procuravam. Enquanto uns executavam este serviço, outros se postavam de sentinela nos pontos altos, afim de avisá-los da aproximação de soldados. Então se refugiavam nas montanhas mais escarpadas onde não podiam ser alcançados. || *Etim.* Pelo que diz St. Hilaire, o nome de *Garimpeiros* não é mais do que corruptela de *Grimpeiros*, que foi dado a esses aventureiros em alusão à Grimpa das montanhas em que se ocultavam. Aulete, mencionando esse vocábulo, o dá como pouco usado, mas nada diz a respeito de sua nacionalidade.

A subsérie de “sujeito do campo” é marcada por indicações dessa espacialidade. Em “laçador”, nome que significa uma atividade do sujeito (“laçar”), a espacialidade só se percebe por meio das significações do sujeito, de sua qualidade física para o trabalho (“dextro”), bem como por sua atividade costumeira (“exercício de laçar”). Nenhuma indicação é explicitada sobre o vínculo de trabalho, de modo que a adjetivação do sujeito e a descrição do ato silenciam tais relações, como em uma descrição naturalizada do sujeito e de sua ação. Produz-se uma imagem individualizada do sujeito habilidoso para exercer certas atividades que podem ser remetidas ao campo, como a criação de cavalos. As definições seguintes, além de qualificarem os sujeitos, explicitam sentidos de espacialidade e redes de vínculos. As definições de “campeiro”, palavra cujo nome já significa a relação do sujeito com o campo, são semelhantes à do “laçador”. O sujeito também é o homem habilidoso, porém acrescenta-se uma outra adjetivação (“útil”) e um vínculo com uma prática de adestramento (“adestrado”). A qualidade, trazida por esse participio passado, coloca sintaticamente a possibilidade silenciosa de um sujeito adestrador, configurando um vínculo de aprendizado. Assim, além da habilidade, está em jogo a

possibilidade de se aprender um ofício e desse modo se tornar “útil”. A explicitação avança em direção ao local em que se exerce a atividade (“campo”, “nas fazendas de criação”, “nos rodeios”), o tipo de atividade (“tratamento dos gados”, “procurar e arrebanhar as rês”, “reuni-las”), o tipo de vínculo de trabalho (“trabalho”, “empregado”, “a seu cargo”). Note-se que os espaços vão ganhando presença, vínculo e aglomeração na medida em que a definição se estende, já que os rodeios podem ajuntar sujeitos do campo e da cidade. Em “peão”, desaparece a adjetivação de habilidade física natural ou adquirida e prevalece até certo ponto um vínculo de trabalho: “homem ajustado”, “serviço do campo”. Também se apresentam sentidos da escravidão, porém com uma sutil indicação de um tempo passado no verbo “estender” (“denominação que se estendia aos próprios escravos exclusivamente ocupados nesse mister”, grifo nosso).⁵ Na transição para a República os sentidos da escravidão se tornam memória discursiva a deslocar. No verbete seguinte (“camarada”), temos uma substituição do trabalho “ajustado”, para o assalariado (“homem assalariado”), de modo a indicar a relação contratual de trabalho. Finalmente, no verbete “agregado” temos uma complexificação de vínculos, na medida em que são colocados em contato o “agregado”, e o “proprietário”, de modo que o primeiro (“lavrador pobre”) atua com “permissão” do segundo (“com permissão dos respectivos proprietários, mediante condições que variam de um lugar para outro”). A relação econômica marca, de um lado, a “pobreza” daquele que se estabelece na fazenda do “proprietário”, e de outro, o poder econômico deste último.

Na subsérie de “comércio”, temos nomes de sujeitos comerciantes, com predominância de espacialidades urbanas ou que estabelecem atividades entre campo e cidade, como a compra e venda de produtos. Em *belchior*, o hiperônimo “comerciante” marca a atividade sem adjetivação e não se notam relações de dependência ou vínculo de trabalho (“comerciante de toda a sorte de objetos velhos”). Nota-se aí uma certa imagem de empreendedorismo que individualiza um sujeito responsável por seus atos, sem mediações, pela evidência mesma de sua nomeação. Mais abaixo, no campo da etimologia, insere-se uma memória do comerciante, de seu estabelecimento no espaço urbano, como um “destino” do sujeito. E nada mais compatível do que um nome próprio (*Belchior*) para marcar essa imagem de protagonismo individual. Já o “quitandeiro” é um sujeito que faz parte da “plebe”

(“pessoa da plebe”). Não temos aqui a natureza do “homem” e suas aptidões físicas e de aprendizado, mas sim uma subjetividade coletiva que faz parte de uma camada popular. As atividades de “comprar” e “revender” assinalam, ao modo de um ritual urbano, a atividade do comerciante que coloca em relação produtores e consumidores, e mais especificamente o campo e a cidade.

Na subsérie “ofícios urbanos”, temos os verbetes *carapina* e *arruador*. No primeiro, nota-se uma distinção entre *carpinteiro* e *carapina*, que diferencia o “ocupar” (“que se ocupa da construção de casas, carros, etc.,”) e o “empregar” (“que se emprega exclusivamente de construções navais”). Vemos aí os sujeitos com suas ocupações mais ou menos especializadas ou valorizadas como “emprego”. Também são notáveis as distinções das “indústrias” de acordo com as produções obtidas, que no caso são construções urbanas (“prédio urbano”) e os barcos (“navio”), sendo este último um modo de transporte valorizado na época.⁶ Já no verbe *arruador*, observa-se o “empregado municipal” que controla as construções (“direção”, “alinhamento”), participando desse modo da organização urbana do município. Os sujeitos citadinos despontam aí ligados ao serviço público.

Finalmente, na subsérie *extrativismo* temos ainda definições de sujeitos como *seringueiro* e *garimpeiro*. Esses dois verbetes trazem a “indústria” da extração respectivamente de “goma elástica” e de “diamantes”. O *seringueiro* é representado inicialmente como um “industrial que se ocupa da goma elástica”, ou seja, como um sujeito fonte de suas ações, sem vínculos externos, que pode ser identificado como “proprietário” ou “locatário”. Temos aí uma atividade legitimada pela propriedade ou locação de um espaço. Já no verbe *garimpeiro*, observa-se uma atividade que foge à organização territorial: eles são definidos como “contrabandistas” e como sujeitos de atividades manuais (“catar furtivamente diamantes”), não como uma “ocupação” ou “emprego”, mas sim como um “ofício arriscado” que se opõe ao “serviço legal” e aos “soldados”. Os vínculos de proximidade aí são com os “sentinelas” e os espaços são de “refúgio” em “pontos altos”, “montanhas mais escarpadas”. São espacialidades que nesse discurso se distinguem tanto do rural quanto do urbano, sendo caracterizados por abrigar alguma forma de “ilegalidade” das atividades e ocupações.

Análise da série 3: raças e mestiçagem

Nesta série, reunimos nomes de raças e mestiçagem. Diante da diversidade de raças e do crescente processo de mestiçagem, essas definições transitam de uma perspectiva estritamente racial para outras que acrescentam determinadas características, como local de nascimento, descendência, pertencimento a uma povoação ou nação, grau de civilização, exercício de alguma atividade ou ocupação, situação de habitação ou de refúgio, etc. Vejamos o recorte de verbetes disposto em subséries:

Índio

TABA, *s. f.* nome que, em todos os dialetos da língua tupi, significa *Aldeia*. Hoje só usam dele os nossos poetas, quando, no seu lirismo patriótico, se referem aos antigos arraiais da quase extinta raça dos Tupinambás.

ÍNDIO, *s. m.* nome que se aplica geralmente aos aborígenes da América, o que se confunde com os naturais das Índias Orientais. É um erro etnográfico que se cometeu desde a descoberta da América, pela crença em que ficára Colombo de ter chegado à Índia. Modernamente têm sido propostos diferentes nomes para distinguir os aborígenes americanos dos asiáticos, mas parece que a esse respeito nada se tem resolvido. No Brasil o vocábulo *índio* é geralmente usado, mas há outros alcunhas com que os designam, tais são *Tapuio*, *Cabôclo* e *Bugre*.

TAPUIO, *A s.* nome genérico aplicado aos selvagens bravios do Brasil, e como tal sin. de *Bugre*. No vale do Amaz., conservam ainda essa denominação os aborígenes já mansos, e a estendem também à generalidade dos mestiços, e neste caso corresponde ao termo *Cabôclo*, de que se usa nas demais províncias do Império. || *Etim.* É voc. De origem tupi, e dele se serviam, como alcunha injuriosa, tanto os Tupinambás do Brasil, como os Guaranis do Paraguai, para designarem as nações selvagens que habitavam os sertões. Erram, portanto, os escritores que o consideram como designando exclusivamente certa e determinada nação. Segundo Figueira, tem a significação de bárbaro; e segundo Montoya, a de escravo. || Moraes escreve *tapuya*, tanto no masculino, como no feminino, e muita gente há que assim o faz

CANICARU, s. m. (Pará) alcunha que os selvagens aplicam aos índios civilizados, que vivem mansamente em aldeias (Baena).

ALDEIAMENTO, s. m. o mesmo que *Aldeia*: à margem esquerda do rio existe um importante *aldeiamento* de índios bravios. || Ato de reunir em aldeia os aborígenes que vivem dispersos: O governo trata do *aldeiamento* dos índios que vivem errantes nas margens do Araguaí.

Negro

CRIOULO, A, s. e *Adj.* negro nascido no Brasil. || Pessoa, animal ou vegetal nascidos em certa e determinada localidade: Eu sou *crioulo* desta fregesia. Tenho duas vacas *crioulas* e um boi mineiro. A cana *crioula* é a que se cultivava no Brasil, antes da introdução da de *Caiena*. || *Obs.* Os Francêses dão o nome de *créole* e os Espanhoes o de *crioulo* ao filho de europeu nascido nas colônias.

SENZALA, s. f. conjunto dos alojamentos destinados à escravatura das fazendas. Consiste ordinariamente em choupanas formando um arraial proporcional ao número de escravos. Há, porém, *senzalas* mais bem ordenadas em forma de aquartelamento. Êste termo é de origem africana, e pertence a língua bunda, significando povoação (serpa Pinto). Cumpre advertir entretanto que não o encontro no *Vocabulário* apresentado por Capello e Ivens. Nêsse vocabulário traduzem povoação por *sanza*, que parece ser o radical de *sanzala*, segundo a pronuncia que sempre ouvi dos negros da Angola. Moraes, Lacerda e Aulete escrevem indiferentemente *Cenzala* e *Senzala*. Prefiro a segunda ortografia, por ser a mais geralmente adotada. Creio, salvo melhor juízo, que a minha definição de *Senzala*, é mais aceitável que a destes lexicografos.

QUILOMBO, s. m. habitação clandestina nas matas e desertos, que servia de refúgio a escravos fugidos. Também lhe chamam *Mocambo*. || *Etim.* É vocábulo da língua bunda, significando acampamento (Capello e Ivena). || Na Bolívia, República Argentina e Estado-Oriental do Uruguai, tem o vocábulo *Quilombo* a significação de bordel (Velarde, Moreno, Sagastume).

CANHEMBÓRA, *s. m. e f.* corruptela de canhembora. escravo que anda fugido e se acoita, ordinariamente nesses escondedouros a que chamam *Quilombo* ou *Mocambos*. // Etim. É voc. tupi, que se deriva do verbo acanhem, eu fujo; e os selvagens o aplicavam tanto ao que andava fugido, como ao que tinha o costume de fugir. Quando se referiam àquele que havia fugido, ainda que não fosse mais que uma vez, chamavam-lhe Canhembára (Anchieta). O termo Canhembora está hoje mui viciado, tanto que muitas vezes se diz e se escreve *canhambora*, *canhambóla*, *caíambóla* e *calhambóla*. // Ao escravo fugido também chamavam *Quilombóla* e *Mocambeiro*, cujos radicais são *Quilombo* e *Mocambo*.

Mestiço

CAFUZO, *s. m.* o mesmo que *Caboré* (1°).

CABORÉ (1°) *s. m. e f.* (*Mat. Gros.*) mestiço de negro e índio. É o que em várias províncias do norte chamam *Cafuz*, *Cafuzo* e *Carafuso*, e na Bahia *Cabo-verde*. // Também se diz Caburé (Couto de Magalhães) // *Pern.* e *R. Gr. do S.*) pessoa trigueira tirando a *Cabôclo*, e também aplicam esse nome ao Cabôclo de pouca idade.

BRANCARANA, *s. f.* (*Maranhão*) mulata clara. // *Etim.* É palavra híbrida, composta do português e do tupi *rana* (J. Serra)

CABOCLO, *s. m.* nome que dão não só aos descendentes já civilizados dos aborígenes do Brasil, como também aos mestiçados com a raça branca. Em algumas províncias do norte aplicam esse nome, tanto aos aborígenes civilizados, como aos selvagens, designando-se aquêles por *caboclos mansos* e estes por *caboclos bravios*, aos quais nas províncias meridionais chamam *Bugres* e no Pará *Tapuios*. Nas províncias de S. Paulo, Minas-Gerais e R. de Jan., chamam também *caboclo* à gente da ínfima plebe, que vive espalhada pelos campos e margens dos rios, correspondendo ao que no Ceará e outras províncias do norte.

Na subsérie *índio*, encontramos menção à raça somente no verbete *taba*, no sentido de aldeia, mesmo assim em um comentário que restringe o uso dessa palavra a um passado literário nacionalista (“Hoje

só usam dele os nossos poetas, quando, no seu lirismo patriótico, se referem aos antigos arraiais da quase extinta raça dos Tupinambás”). Com isso, nos outros verbetes os sentidos de índio se apresentam de algum modo relacionados a um ou outro efeito do contato com os colonizadores. Nessa direção, a palavra *índio*, ao se aplicar aos “aborígenes da América”, desde o início seria marcada por um “equivoco”, por uma “confusão”, um “erro etnográfico” (“o que se confunde com os naturais das Índias Orientais”). Diante dessa nomeação equivocada que atravessa a história (“a esse respeito nada se tem resolvido”), são apontados outros termos para se distinguir os aborígenes americanos dos asiáticos: *tapuio*, *caboclo* e *bugre*. Sobre o verbe *caboclo* veremos mais à frente que ele se refere à questão da raça, mas enquanto “mestiço”. Por enquanto, fiquemos com a análise do verbe *tapuio*, no qual é apontada uma sinonímia com *bugre*: “nome genérico aplicado aos selvagens bravios do Brasil, e como tal sin. de *Bugre*.”. A definição pelo hiperônimo “selvagens”, desta vez determinado pelo adjetivo “bravios”, produz uma filiação antes política, na medida em que coloca em jogo os conflitos advindos com o contato e a colonização. E quando “já mansos”, como indicado na região do “vale do Amazonas”, eles são considerados “mestiços”, e nesse caso como sinônimo de *caboclo*. O uso de *tapuio*, em seguida, é questionado para designar “determinada nação”, de modo que se apresenta como “alcunha injuriosa” empregada em um passado para designar “as nações selvagens que habitavam os sertões”. Note-se que os “sertões” se apresentam, em distinção a *aldeia*, como espaço plural de nações e é nesse sentido que *tapuio* não designa apenas uma nação. Uma consequência disso é que há uma tendência a considerar a “nação” na ligação com uma “raça”, como vimos anteriormente com a “raça tupinambá”, remetida aos inícios da colonização. Já o verbe *canicaru* também traz o hiperônimo “selvagem”, porém ele se restringe à determinação de “manso”, correspondendo a “índio civilizado”, não se estendendo aos “bravios”. Além disso, são os “selvagens” que dão esse nome aos índios civilizados, de modo que mesmo os “selvagens” já aparecem aí falados pelo discurso de civilização. Por fim, o verbe *aldeiamento*, em sinonímia com *aldeia*, traz a especificidade de colocar em cena a relação com o “governo”, isto é, com um modo de organização dos sujeitos pelo poder governamental, de modo que se nota uma busca de transformar os “índios bravios”, “dispersos” e

“errantes” em organizados pelo processo de *aldeamento*. O exemplo utilizado nesse verbete coincide bem com esse modo de dizer a sujeição ao Estado: “O governo trata do *aldeamento* dos índios que vivem errantes nas margens do Araguaí”.

Assim como acontece com o “índio”, na subsérie *negro* nota-se também uma variedade de relações da raça com outros fatores, outros modos de subjetivação. Note-se que a palavra “negro”, assim como acontece com “branco” e “mestiço”, não se apresenta em posição de entrada no DVB, o que como vimos corresponde ao funcionamento complementar aos dicionários gerais de língua portuguesa. É em outros verbetes que encontramos significações atribuídas a essas palavras. Assim, em *crioulo*, o negro aparece como hiperônimo seguido da determinação “nascido no Brasil”. A naturalidade determinada pelo Estado marca a significação do *crioulo*. Os três verbetes seguintes significam de algum modo a escravidão, explicitamente ou por silenciamento. O verbete *senzala* apresenta a escravidão em um espaço tido como organizado (“ordenadas”, “aquartelamento”) para essa prática nas fazendas (“conjunto dos alojamentos destinados à escravatura das fazendas”). Note-se aí o particípio “destinados” que significa a escravidão como um destino sem ação humana. Enquanto isso, o *quilombo* (“habitação clandestina nas matas e desertos, que servia de refúgio a escravos fugidos”) e o *canhembóra* (“corruptela de *canhembora*. escravo que anda fugido e se acoita, ordinariamente nesses escondedouros a que chamam *Quilombo* ou *Mocambos*”) aparecem estreitamente relacionados, o primeiro significando o sujeito na ligação com o espaço de “fuga” e “habitação”, e o segundo significando inversamente o espaço de fuga e habitação na relação com o sujeito. Ou seja, sujeito e espaço estão aí em estreita ligação.

Na subsérie *mestiço* percebe-se igualmente uma variedade de relações da mestiçagem com outros fatores de subjetivação. Em alguns verbetes prevalece a definição estrita da mistura racial, como em *cafuzo*, que remete a *caboré* (“mestiço de negro e índio”). Já em *brancarana*, a mestiçagem é significada pela cor (“clara”). Note-se que, como dissemos anteriormente, o nome “mulato” não é definido no DVB, sendo tomado como evidente, enquanto a cor define aí a subjetividade. Em *caboclo* funciona uma memória da colonização, do processo de “civilização” no percurso entre o “aborígene” e o “civilizado”, para além do fator racial (“mestiçados com a raça

branca”). A distinção “manso” e “bravio” é outra que se sobrepõe às anteriores, distinguindo os “selvagens” por meio desses dois valores morais. Outra sobreposição que afeta o sentido da mestiçagem é a atribuição de pertencimento do *caboclo* à “ínfima plebe” e ao espaço disperso do “campo” e dos “rios” (“gente da ínfima plebe, que vive espalhada pelos campos e margens dos rios”). Vemos aí uma marcação de sujeitos e espaços que escapam à organização produtiva do território.

Análise da série 4: sujeitos que falham

Esta série abrange nomes que significam sujeitos por alguma “falha”, que pode se apresentar como inerente ao sujeito ou como atribuída a ele de algum modo. São qualidades físicas ou morais que podem vir ou não associadas a certas práticas sociais e de dominação. Vejamos os verbetes:

CAPENGA adj. e s. m. côxo, manco: Mais depressa se apanha um mentiroso que um *capenga*. || Tortuoso: um caibro *capenga*.

MANÉ, s. m. Indivíduo inepto, indolente, desleixado, negligente, palerma. || Também dizem *Mané-côco* e no Amazonas *Manembro*. || *Etim.* É a apócope do termo *Manêma*, que tanto em tupi como em guarani, significa frouxo (Montoya) e mofino (*Vocab. Bras.*, o que está de acordo com a nossa definição || É sin. de *Bocó* e *Bocório*, de que igualmente se usa no mesmo sentido depreciativo. || *Obs.* Há o termo homônimo *Mané*, de que se serve a gente da plebe, como diminutivo de Manoel.

CABUNGO, s. m. Fig. pessoa desasseiada, ou a quem não se liga a menor importância.

BILONTRA, s. m. (*R. de Janeiro*) pessoa abjeta, que frequenta os botequins, as más companhias e particularmente as mulheres de má vida, das quais se torna o correspondente.

MEIA-CÁRA, s. m. e f. nome que davam aos africanos que, depois da abolição do tráfico, eram introduzidos, por contrabando, no Brasil. || Ainda se usa deste vocábulo para designar a aquisição de um objeto sem dispêndio de dinheiro: este chapéu tive-o de *meia-cára*.

Em *capenga* a definição se dá por sinonímia com outros nomes: “côxo” e “manco”. São nomes cuja significação da falha física se apresenta como evidente. Já em *cabungo*, a adjetivação “desasseiada” marca a “pessoa”. Além disso, nesse verbete há uma outra definição que insere uma imagem feita pelo “outro”: “a quem não se liga a menor importância”. Isso coloca em cena uma desvalorização pública do sujeito, no caso ligada ao discurso sanitário. O verbete *mané* também funciona por meio de uma série de adjetivações morais que fazem a “pessoa” falhar (“inepto, indolente, desleixado, negligente, palerma”). Há também no decorrer do verbete, uma série sinonímica que estende o vocabulário do “mau sujeito”: “*Mané-côco*”, “*Manêma*”, “*Bocó*”, “*Bocório*”. Note-se que, quando se trata do “diminutivo de Manoel”, o termo é considerado “homônimo” e atribuído pela “gente da plebe”, de modo que nesse caso quem atribui o nome (os sujeitos da “plebe”) é que é marcado pela falha. Nos verbetes seguintes, *bilontra* e *meia-cára*, as falhas subjetivas não se apresentam inerentes ao sujeito, mas sim como resultante de certas práticas sociais ou históricas. No caso de *bilontra*, são os costumes cotidianos que assinalam as falhas: “frequenta os botequins, as más companhias e particularmente as mulheres de má vida”. As práticas cotidianas, ao engendrem uma série de hábitos e vínculos com pessoas que também são marcadas pelas falhas (“más companhias”), constituem os sujeitos nessa enunciação definidora. E em *meia-cára* é a memória das práticas escravagistas que logo após a abolição (“depois da abolição do tráfico”) incide de modo depreciativo sobre a significação dos sujeitos, evocando uma prática ilegal (“contrabando”).

Conclusão

A análise de verbetes do *Dicionário de Vocábulos Brasileiros* mostrou alguns dos funcionamentos discursivos da definição lexicográfica de sujeitos na relação com o território nacional. A delimitação de uma nomenclatura que significa sujeitos, e em seguida a montagem de séries de verbetes, proporcionaram observar formas de subjetivação no corpus e explicitar certos espaços significantes. Desse modo, deparamo-nos com sujeitos relacionados às províncias, ao campo, à cidade, a espaços urbanos, às aldeias, aos refúgios, às minas, aos rios, às montanhas e outros. Há também subjetividades que

significam percursos entre esses espaços, em explorações, viagens, passagens, transporte, comércio, etc. O campo e os locais de extrativismo aparecem como condicionadores de atividades dos sujeitos, com suas “habilidades”, caracterizando sobretudo a “indústria” agrícola, pecuária e extração de ouro e borracha. Estão presentes aí uma série de vínculos de trabalho que vão do serviçal ao empregatício e ao assalariado, envolvendo relações de propriedade, aluguel, camaradagem, e também a memória da escravidão, o advento do liberto, a diversidade de raças e a mestiçagem. O comércio se mostra em sobreposição a essas práticas e vínculos, fazendo circular os produtos e fomentando novos estabelecimentos nos espaços urbanos, na circulação entre os lugares de produção e consumo, nas condições do capitalismo republicano que aí se instaura.

O dicionário leva a uma compreensão específica desse discurso de organização territorial, político, econômico e administrativo. Ao mesmo tempo, notam-se as subjetividades que destoam desse direcionamento dominante, não correspondendo à imagem projetada de “civilização” nem de sujeito da indústria. Assim, surgem outras redes de subjetividade: os sujeitos “ineptos”, os “refugiados”, os “contrabandistas”, os “mentirosos”, os “coxos”, os “vadios”, a “plebe”. São verbetes que desencadeiam uma extensa série sinonímica do “inepto”. Tal rede de nomes funciona nos enunciados definidores como atribuíveis a qualquer sujeito que “falha”. Podem ser atribuídos a quaisquer uns em quaisquer lugares e significam a falha pela evidência do nome: sem ato, sem lugar, sem finalidade. No discurso em questão, caracterizam os que não coincidem com a organização civilizadora, com a indústria local e o sujeito produtivo.

Em vista da noção de língua, tal como tomada pelo dicionário, lembramos aqui a reflexão que C. Haroche (1992, p. 224) faz sobre as significações das palavras “idiota” e “idioma”. A autora nota que inicialmente “idioma” significou uma “particularidade própria a uma língua” e em seguida, de modo mais geral, a “língua” em seu conjunto, numa passagem da individualidade para a totalidade. Já o “idiota”, o particular, é remetido ao “ignorante que fala uma língua inaudível e que não pode compreender a dos outros, enquanto o idioma”. Considerando o discurso lexicográfico do DVB, não seria o caso de uma distinção entre os sujeitos que se inscrevem na discursividade de organização do território nacional (provincianos, servidores e trabalhadores,

comerciantes), e os que deslizam para uma individualização do “idiota” (o “selvagem”, o “inepto”, o “ignorante”, o não “civilizado”, o “refugiado”, o “bocó”, o “Mané”, etc.)?

Distanciando-se dos dicionários que projetam a figura de um sujeito ideal da nacionalidade, o *DVB* projeta as contradições que atravessam as relações subjetivas em certos espaços-tempos, seja forjando ou equivocando determinadas interpretações e formas de subjetividade. Assim, as contradições entre os sujeitos “habilitados” na indústria e os “ineptos” atravessa o discurso lexicográfico constituindo uma memória polêmica do brasileiro nos inícios da República. Podemos fazer um paralelo dessa distinção remetendo às análises que Mariza V. da Silva realiza sobre a contradição que envolve o “alfabetizado” e o “analfabeto”⁷. Enquanto o “analfabeto” apresenta algo a “erradicar”, o alfabetizado, o civilizado, busca escapar dessa condição de “bruto”. Assim, em nosso caso, o “habilitado”, em oposição ao “inepto”, bem poderia ser o correspondente enciclopédico do par alfabetizado/analfabeto, nos limites entre o falar e o fazer, entre a língua e o trabalho. Diante disso, o saber urbano, enquanto modo de conhecimento que o dicionário faz circular, é indissociável de um não saber que surge como sua contraparte constitutiva.

Referências bibliográficas

- AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- CÂMARA, A. A., “Vocabulários dos termos técnicos de construção naval”. Anexo ao **Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil**. Rio de Janeiro, 1888.
- COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. **Un Prêt à parler : le dictionnaire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. Formação de um Espaço de Produção Linguística: a Gramática no Brasil. In: **História das ideias Linguísticas: constituição da língua nacional**. E. P. Orlandi (Org.). Campinas: Pontes Editores; Cárceres: Unemat Editora, 2001, p. 21-38)
- HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

MAZIÈRE, F. O Enunciado Definidor: Discurso e Sintaxe. In: **História e Sentido na Linguagem**. 2ª ed. Campinas: Editora RG, 2008, p. 47-59.

NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil – análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes Editores; São Paulo: Humanitas; São José do Rio Preto: FAPERP.

ORLANDI, E. P. **Cidade dos Sentidos**. Campinas: Pontes Editores, 2004.

ROHAN, B. **Dicionário de Vocábulo Brasileiros**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

ROHAN, B. **Dicionário de Vocábulo Brasileiros**, 2ª ed. Fac-símile da 1ª ed, de 1889. Rio de Janeiro: Livraria Progresso Editora, 1956.

SILVA, M. V. **História da Alfabetização no Brasil - sentidos e sujeito da escolarização**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

Notas

¹ Sobretudo tomado em um uma relação contemporânea com os modos de dizer e de pensar a atividade linguageira. (Trad. nossa)

² As múltiplas atividades do autor, estampadas na página de rosto do dicionário, configuram o discurso de autoridade então vigente, a começar pelas posições militares de “tentente-general”, “Conselheiro d’Estado e de Guerra”, “condecorado com a medalha de campanha da rendição de Uruguayana”, o que corresponde à predominância dos militares que seguiria com os primeiros anos da República. Também estão salientadas posições político-administrativas como “Gentil-homem da Imperial Câmara”, e posições científicas como “Membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, “correspondente de outras sociedades científicas e literárias, nacionais e estrangeiras”.

³ Segundo E. Orlandi, “a cidade é organização, é injunção a trajetos, a vias, a repartições, a programas, a traçados e a tratados. Do ponto de vista simbólico, entretanto, organização e desorganização se acompanham. Assim, pensamos os sentidos da/na cidade, e procedendo a uma observação sustentada na análise de discurso, podemos ver como as relações sociais (urbanas) se significam na reprodução e na ruptura, ganhando visibilidade através da emergência do que estou propondo chamar *falas desorganizadas*” (*Cidade dos Sentidos*. Campinas: Pontes Editores, 2004, p. 63).

⁴ Para uma abordagem histórico-discursiva de enunciados definidores em dicionários de artes e ofícios, ver F. Mazière (O Enunciado Definidor: Discurso e Sintaxe. In: *História e Sentido na Linguagem*. 2ª ed. Campinas: Editora RG, 2008, p. 47-59).

⁵ Consultando o dicionário de A. Coruja, deparamo-nos com a seguinte definição de *peão*: “PEÃO, s.m., homem ajustado para fazer o serviço do campo; esta designação se

estende até aos escravos exclusivamente ocupados no serviço das estâncias” (A. A. P. Coruja. Coleção de Vocábulo e Frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1852). Nota-se que na retomada de Coruja por Rohan, o verbo *estender*, transposto no pretérito, coloca em cena, no final do século XIX, um modo de atualizar os sentidos da escravidão por meio de pequenas reformulações das definições.

⁶ Um dos marcos históricos da lexicografia de termos navais está em A. A. Câmara (Vocabulário dos termos técnicos de construção naval. Anexo ao *Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro, 1888).

⁷ “E se no analfabeto é preciso erradicar, discursivamente, a sua condição de pedra, de tronco, de bruto – que fala uma língua bruta -, no alfabetizado é preciso espantar o fantasma desse bruto, dessa pedra, desse tronco, dessa língua. Ao renegar sua herança, ele pretende se dizer como um não bruto no dito, mas acaba por dizer, no não dito e no já-dito, no interior da contradição entre civilização e barbárie (no que tudo isso possa significar na conjuntura brasileira), o discurso do Outro. É a filiação discursiva se mostrando, em relação a ela mesma, sempre móvel, instável, paradoxal.” (Mariza V. da Silva. *História da Alfabetização no Brasil - sentidos e sujeito da escolarização*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015. SILVA, 2015, p. 415).